

13º IGF 2018 – PARIS – 12 a 14 de novembro de 2018

Flávia Lefèvre Guimarães – representante 3º Setor no CGI.br

Breve relato dos principais temas discutidos nas reuniões que acompanhei

I – O PAPEL DO IGF E REGULAÇÃO NA INTERNET

O tema da 13ª edição do Internet Governance Forum foi Confiança na Internet, em razão do atual cenário de problemas e inseguranças ocorridos com o uso das plataformas na Internet, afetando a dignidade das pessoas, a segurança pública e processos eleitorais, principalmente pelo uso abusivo de dados pessoais, com a aplicação de novas tecnologias baseadas em inteligência artificial, sem respaldo em processos regulatórios que levem em conta elementos como ética e a preocupação com a discriminação, modulação de comportamentos e controle arbitrário do fluxo de informação, com consequências negativas e relevantes em diversos países.

Essas preocupações apareceram na abertura do Fórum, com o discurso do presidente francês, Emanuel Macron, que com sua presença prestigiou o IGF num momento em que muitos minimizam a importância deste espaço para a definição eficaz de diretrizes para a governança da Internet.

O Presidente Macron apresentou objetivos arrojados e bastante abrangentes, defendendo, inclusive, uma ampliação da importância do IGF como um espaço propositivo e orientador dos processos regulatórios nacionais, com maior participação dos governos, de modo que não se restrinja apenas a debates. Criticou também abertamente o que chamou de modelos de Internet do Vale do Silício, se referindo aos gigantes da tecnologia dos EUA, e o chinês, com forte controle estatal. Propôs uma extensa agenda de regulação, chegando a defender que o fórum fosse incorporado ao Secretariado-Geral das Nações Unidas e passasse a implementar um *road map* com diretrizes regulatórias que contemplariam questões sensíveis como direitos autorais, desinformação, neutralidade de rede, propondo ainda de forma expressa e reiterada a regulação para a categorização de conteúdos para remoção independentemente de ordem judicial, o que se apresenta como risco de comprometer do princípio da inimitabilidade da rede, atribuindo-se às plataformas e governos incidência sobre a retirada de conteúdos.

O governo francês também lançou um chamado para a ação sobre confiança e estabilidade no ciberespaço, que foi assinado por pelo menos 50 Estados (<https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/digital-diplomacy/france-and-cyber-security/article/cybersecurity-paris-call-of-12-november-2018-for-trust-and-security-in>). A Access Now, organização da sociedade civil, também assinou o documento.

O Presidente Macron também informou em seu discurso que deu início a um processo de discussão entre representantes do governo francês e representantes do Facebook, a fim de definir diretrizes para o tratamento de conteúdos abusivos e ilícitos e que coloquem em risco a cibersegurança.

Se por um lado a fala de Macron foi positiva, no sentido de prestigiar o IGF, por outro lado levantou preocupações, na medida em que introduziu propostas indicando uma maior ingerência do poder estatal e do caráter multilateral para a definição e controle da Internet, além de atribuir às plataformas de serviços um papel perigoso no controle de conteúdos postados pelos internautas, quebrando com o princípio da não responsabilização de provedores, com riscos reais e indesejados para a liberdade de expressão, além de abrir espaço para se reforçar o controle por empresas privadas do fluxo de informação.

Quanto à natureza multistakeholder do IGF frente ao caráter multilateral dos processos regulatórios voltados para cibersegurança, como mencionado por Macron no seu discurso de abertura, merece destaque a fala do representante da ONU – Fabrizio Hoschschild, no seguinte sentido: “Multilateralismo, cada vez mais é multi-stakeholder na sua abordagem. E há alguns exemplos maravilhosos para isso, incluindo o acordo climático de Paris, que fazia parte de uma abordagem multilateral e multistakeholder, ou a agenda de 2030, que foi um esforço multilateral e multistakeholder”.

O secretário-geral da ONU, André Guterres, defendeu um avanço da natureza do IGF para algo mais amplo. “Devemos ser mais do que multistakeholder, tem que ser multidisciplinar. Tecnologias digitais são transversais. Quando discutimos dados e IA podemos trazer filósofos para debater ética, antropólogos, quando falamos de mídias sociais incluímos políticos. Temos que criar áreas compartilhadas e referências, propor abordagens”.

Goran Marby, presidente da Internet Corporation of Number and Names (ICANN), ainda no painel de abertura, alertou sobre os riscos de se comprometer os processo de comunicação entre as pessoas, por possíveis medidas a serem adotadas com base nos maus usos da Internet. Contudo, parece que o tema ganhou mais força em relação a anos anteriores.

Várias sessões trataram do papel do IGF e de seu futuro.

Na sessão final do IGF, os organizadores reforçaram uma defesa do Fórum e da importância da sua contribuição nas discussões para o futuro da governança da Internet.

Mas frente ao discurso de Macron e posições de Estados e de integrantes da ONU sobre as questões destacadas, o certo é que o processo de construção do próximo IGF estará marcado por uma pressão por reformas. Nesse sentido, vale notar que foi simbólico o fato de em paralelo ao IGF estar ocorrendo a reunião da União Internacional de Telecomunicações (UIT), a chamada plenipotenciária. Nela, diversos debates sobre Internet ocorreram, não somente sobre serviços de acesso (que são telecom) mas também os chamados serviços OTTs (over-the-top). Enquanto no Fórum ocorriam somente debates, na UIT eram discutidas e aprovadas resoluções que servem como parâmetro para políticas nacionais. O fato de a reunião da UIT acontecer em datas que se sobrepuseram às datas do IGF foi reconhecido pela comunidade de participantes como negativo, pois reduziu a participação de governos e empresas.

II – OS TEMAS MAIS ABORDADOS NO IGF

Proteção de dados pessoais

Access Now, numa mesa sobre proteção de dados pessoais no sul global, manifestou-se no sentido de que, mesmo com leis nacionais os temas relacionados a proteção de dados pessoais têm sido um desafio para os reguladores, mesmo com a influência positiva da entrada em vigor em maio de 2018 da GDPR nas legislações nacionais, inclusive no campo econômico. Afirmaram que a interpretação dos direitos expressos na GDPR tem sido fortemente disputada entre sociedade civil, empresas e reguladores.

Durante a sessão, as posições mais resistentes à uma legislação de proteção de dados pessoais, foram dos representantes de governos e empresas de

países árabes, que na sua grande maioria não tem legislação específica.

O falso paradoxo entre coleta arbitrária de dados pessoais biométricos e segurança pública veio à tona, diante da constatação de que se trata de uma prática cada vez mais utilizada, como em aeroportos, estações de metrô, com refugiados, sem que haja um framework que oriente o tratamento desses dados.

Foi colocado também que o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais da Comunidade Europeia – GDPR é legislação criada para o contexto europeu, que é muito diferente das realidades do sul global e que sua influência em legislações locais pode não ser necessariamente positiva, em virtude de criar custos que não podem ser suportados por pequenas empresas nos países em desenvolvimento.

Inteligência Artificial, uso de algoritmos e machine learning

As discussões a respeito de Inteligência Artificial (IA) ocuparam muitas sessões e foram bastante intensas e ricas. Os principais aspectos que deram fundamento às discussões foram principalmente a distinção entre a perspectiva legal e a perspectiva da ética no uso de IA, mas que precisam estar integradas. Houve quase um consenso no sentido de que falar de IA é mais do que falar de proteção de dados pessoais, na medida em que implica na necessidade de desenvolvimento de infraestruturas, sistemas e metodologias – “tools for risks management”, com a criação de standards e definição de guide lines a serem seguidos pelas empresas, como resultado de um processo regulatório que leve em conta ética by design, implementado num ambiente transparente e com participação da sociedade civil.

Quanto a isto, surgiram críticas das empresas afirmando que os processos regulatórios são lentos e burocráticos e que atrasam as práticas comerciais, funcionando como um empecilho para o desenvolvimento dos modelos de negócios. Para solucionar o impasse propõem processos de autoregulação e co-regulação.

Entretanto, há consenso no sentido de que Facebook tem falhado e que precisa retroceder em suas práticas e incorporar as críticas que têm ocorrido por conta dos acidentes graves e abrangentes que têm ocorrido em seus sistemas.

No último dia ocorreram três sessões seguidas sobre IA. A primeira, IA-Ethical and Legal Challenges for emerging economies - <https://www.intgovforum.org/multilingual/content/igf-2018-day-3-salle-iv-ws231-ai-ethical-and-legal-challenges-for-emerging-economies>. A pergunta chave que orientou o painel foi “quem está desenvolvendo IA e para quem”, com o objetivo de demonstrar que as empresas que dominam esta tecnologia são de países desenvolvidos e seus padrões não se adaptam aos países em desenvolvimento e que dessa forma IA ao invés de ser uma vantagem se torna um fato que põe a perder a proteção ao trabalho e às políticas públicas de inclusão, de liberdade de expressão e privacidade.

As segunda e terceira sessões foram organizadas pela UNESCO (Guy Berguer / Indrajit Banerjee - <https://www.youtube.com/watch?v=7EjNlwjsaLA>) IA for Human Rights e SDGs, revelando a preocupação com o comprometimento de direitos humanos, manutenção da Internet como um recurso aberto, acessibilidade, diversidade, educação, multissetorialismo e democracia, com abordagens no sentido de que IA tem forte potencial para aprofundar desigualdades, em razão do que o desenvolvimento sustentável deve ser uma meta. O painel contou com a participação de representantes de alto nível de governos como no caso do México (embaixador Federico Salas Lotfe) e do Conselho Europeu (Sylvia Grundmann - Chefe da Divisão de Mídia e Internet, do Departamento de Sociedade da Informação, DG I - Direitos Humanos e Estado de Direito) com falas bem contundentes quanto à necessidade de se regular IA, acelerando as soluções e introduzindo diálogo sobre ética, a fim de se poder falar em confiança em tecnologia e Internet. Tratou-se também sobre a necessidade de garantias institucionais sobre dados públicos, íntegros e transparentes, porque eles são a base de IA.

A representante do Conselho Europeu informou que até o final de 2018 haveria um rascunho muito maduro que será adotado pelo nosso mais alto órgão, o Comitê de Ministros: “Estas diretrizes políticas que estamos desenvolvendo não são exclusivas da Europa. Pelo contrário, elas são planos. Elas podem ser usadas globalmente. Você pode escolher. Então, o que quer que seja adequado para seus respectivos sistemas” convidando todos a utilizar o guia. Acrescentou ainda: “Agora, estamos, é claro, cientes dos poderes manipulativos dos algoritmos, dos desenvolvimentos

tecnológicos devido a essa enorme velocidade que os sistemas de inteligência artificial demonstraram e demonstrarão ainda mais. Esses poderes manipulativos são extremamente perigosos para as eleições. Já vimos primeiros exemplos. Eles se tornarão mais perigosos para as eleições e eu não tenho certeza se os nossos políticos estão suficientemente conscientes”.

Tratou-se também da importância de se garantir dados públicos íntegros e transparentes, porque eles podem ser a base dos sistemas para aplicação de algoritmos e IA.

Elodie Vialle (head of journalism and technology Desk at Reporters Without Borders) tratou sobre os riscos do uso de IA na mídia. Alertou para que a distribuição de notícias com o uso de IA e algoritmos, bem como a associação de empresas de mídia com plataformas como o Facebook, reforçam a criação de bolhas e criam riscos de *mind set* com potencial de manipulação muito mais abrangente do que se pode imaginar. Colocou a necessidade de se investir educação para os usuários de Internet, assim como na aplicação de sanções para os usos não éticos desta tecnologia.

III – MESAS DAS QUAIS PARTICIPEI

Participei da sessão NRI Session on Access beyond Mere Connectivity (<https://www.intgovforum.org/multilingual/content/igf-2018-day-2-salle-viii-nri-session-on-access-beyond-mere-connectivity>), com o relato de diversos países além do Brasil, EUA, Fórum da África, Colômbia, Nigéria entre outros, relatando problemas que vão desde os desafios para a implantação de infraestrutura, até para o acesso propriamente dito. relatei o resultado das pesquisas do Intervozes junto com demais entidades da América Latina, mostrando as dificuldades com os planos de franquia e zero rating, com desrespeito a neutralidade da rede, com efeitos discriminatórios quanto à qualidade do acesso dependendo de classe social e dispositivos utilizados para o acesso. Abaixo o texto de minha fala:

Good morning everyone, I want to thank the IGF organization for opening this important space for sharing experiences.

I think it's important to start by justifying why in Brasil to talk about Internet access we have to talk about data cap plans, zero rating and consequently also net neutrality.

1. Whether it's in Latin America or in USA, the concerns about net neutrality have been justified by the recent events. Even if multiple countries from Latin America such as Chile, Colombia, Brazil and Mexico have their law which guarantee net neutrality, as we saw on the last two editions of LACIGF, actually they haven't been enough for this right be effective.

2. Zero Rating's commercial practices, always associated with frequently used data plans through mobile devices, were adopted in a uniform manner in Latin America, as we can conclude with the research done in partnership between Derechos Digitales and Interozvos Coletivo Brasil de Comunicação Social in 2017. These plans have represented a threat to the neutrality recognition as a right and consequently have also been threatening the keeping of the internet as an open resource, compromising the digital inclusion finalities and its innovation.

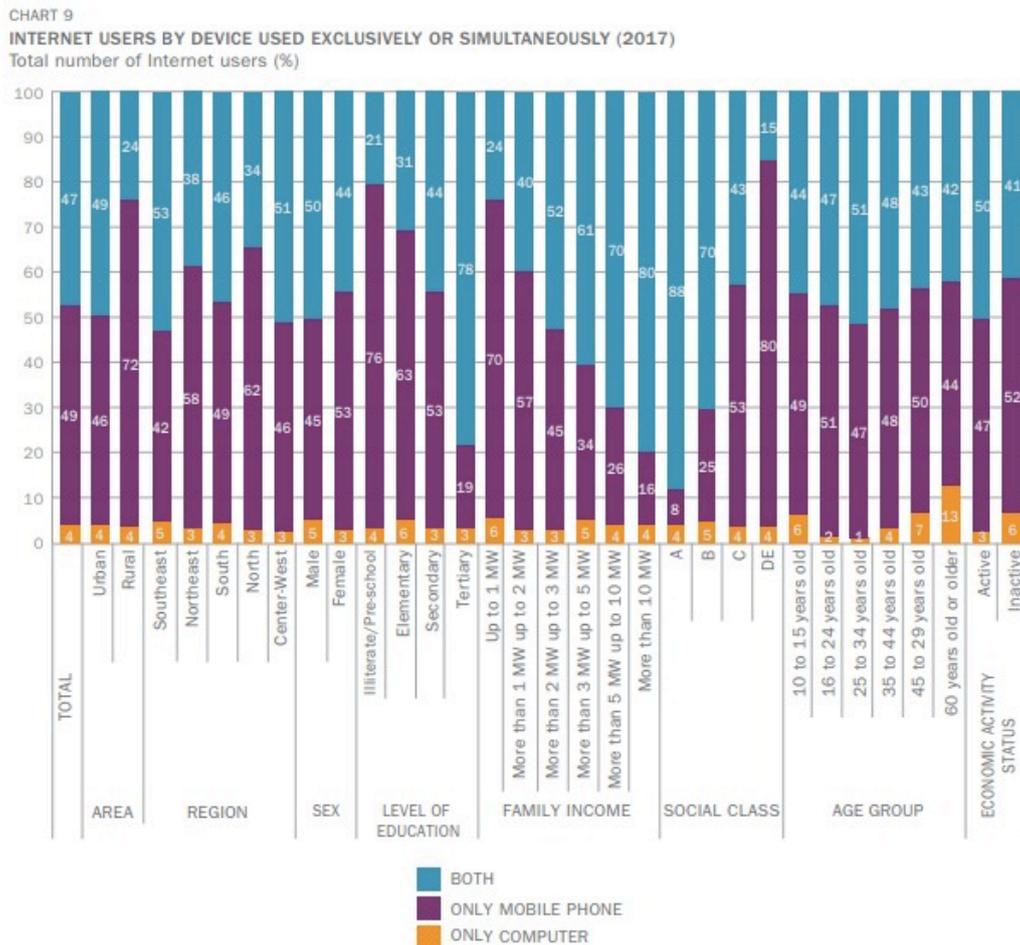
3. The justification for the indiscriminate acceptance of zero rating plans by governments and regulators is the lack of broad band's infrastructure and the significant challenges of investments we face.

4. However, for the companies, the zero rating has been a valuable commercial strategy to monetise the scarcity, moreover, for them to recall personal data in big scale, exploring them based on algorithmic mechanisms with no transparency and ethic.

5. Besides compromising net neutrality, this practice discriminates data packages according the application – in case Facebook and WhatsApp, data cap plans with zero rating practices have been representing the disrespect to the service continuity's principle, which in Brazil is established by "MCI" as a consequence of recognizing the internet as an essential service.

6. At the same time, there's a drawback considering the balance between what we citizens pay, including our personal data, and economic profit. As you can see with graphic, the major part of lower social classes is constrained by very restricted data cap plans which compromises the right to free flow information and individual opinion because zero rating only applies for Whatsapp and Facebook users.

According to ANATEL(Brazilian National Telecommunication Agency), there are two hundred twenty million connections, and one hundred ninety of these are through cellphones.



8. Also, the zero rating practice has had the effect of accommodating governments when it comes to formulating public policies that promote not only the universalisation of the telecommunications infrastructure but also the Internet access service. BRAZIL-FUST

9. It's important to emphasize the lack of transparency when it comes to the contracts among application's providers and connectivity providers, that have a huge impact on the competition law because those companies invariably control the market share not only of connection's services but also of applications.

10. In Brazil, unfortunately, although MCI regulation has established a control system with the participation of CGI, the fact is that there's no monitoring or even punishment for the violations of net neutrality.

11. Finally, we must pay attention to the debates that are now taking place in the ITU Plenipotentiary, as there is a tendency for telco regulators, that do not operate in a multistakeholder system, to regulate common Internet services.

10. There is therefore a risk that the regulation of Internet services will be marked by commercial interests, with less discussion about fundamental rights, which would be a considerable loss, that goes against what was established in the Declaration of São Paulo, signed by over hundred and ten countries at the Netmundial Meeting, held in April 2014 in Brazil.

Também integrei a mesa Fostering **multistakeholder debate on Internet & Elections** (<https://www.youtube.com/watch?v=7iwrf-kUrdU>), organizada pelo CGI.br, com o objetivo de relatar o trabalho do comitê para acompanhar o debate no Brasil sobre Internet, Democracia e Eleições, bem como os fatos ocorridos durante as eleições de 2018, envolvendo o uso do WhatsApp para campanha ilegal e desinformativa. Segue o texto de minha fala:

As Henrique Faulhaber reported CGI, regarding its legal attribution enacted with the its creation Decree and MCI, decided to follow the use of the Internet for political propaganda. Our objective was to contribute to the important rights for the preservation of the Internet as an open space were not affected by the actions of the parties and control bodies, in this case the Superior Electoral Court.

Brazil spent its last October through electoral process for president, federal state's deputies and senators.

The electoral process has been marked by usage of personal data for the massive sending of messages, many times in disrespect with the electoral legislation and with Marco Civil da Internet "Internet civilian mark".

Researchers Institutes and universities showed that those messages had a very strong information disorder character, through WhatsApp by especially

the part of the Social Liberal Political Party candidate which represents an ultra right positioning, which has ended being elected along with 52 deputies of his party it's worth seeing that in the last election it counted only with 8 deputies.

This scenario has revealed that had happen massive messages sending with not only lying contents but also very highly offensive to the moral off there and left candidate by the “workers party” PT.

The Brazilian Electoral law underwent recent reformation into 2 thousand 17 to regulate boost political propaganda messages whitin Internet.

According to the changes, a paid political propaganda on Internet was banned, but an exception was made: “Boost of contents on Internet since:

- it can be identified in an unmistakable way;
- hired exclusively by the parties, coalitions, candidates or their representatives...
- only viewing the promotion of candidates or their associations”,

And the law criminalized the messages sent or commentaries which have as specific finality to offend the honor or denigrate that image of a candidate, party or association.

Apart from the omission of the Supreme Electoral Court regarding the facts denounced by the media, we must certainly think about the role of the platforms in the electoral process and its responsibility to work as a stage of public debates, in view of commercial practices that are causing damages for the democratic institutions of the countrys.

The Brazilian case was not the first that revealed some serious problems related to the commercial operation of the platforms, such as:

- 1 - Illegally obtaining personal database of millions of users, as happened with the Cambridge Analytica and Facebook, as well as three other leaks in less than a year involving the same Facebook;
- 2 - Use and analysis of personal data for the purpose of influencing opinions and modulating behaviors and voting;
- 3 - Lack of commitment of the platforms to follow the massive flow of disinformation in their networks, without any control;
- 4 - Non-compliance with electoral law

Having identified the main problems that occurred in the elections, it is unquestionable that we must take care in way to not jeopardize or compromise relevant rights as the guarantee of freedom of expression and to avoid censorship.

We do not want, for example, to compromise legal tools that prevent third party content providers from liability, as expressed in the Civil Internet Framework. We do not want, for example, to compromise the legal tools that prevent the providers responsibility for other people's contents as it is expressed on the "Brazilian Internet civilian Mark".

On the other hand, we also do not want to relativize the responsibility of the platforms for the maintenance of personal data and for the transfer to other institutions or for the illegal control of the flow of information (net neutrality), and for putting us in a vulnerable and insecure situation when they lend us services, because this would mean that rights conquered with a lot of effort would be compromised, such as the Consumers Protection Law, the Civil Internet Framework and the Electoral Law.

São Paulo, 15 de abril de 2019

Flávia Lefèvre Guimarães